



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: girp@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA Nº.2/2002 REUNIÃO EXTRORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 16 DE JANEIRO DE 2002

Aos dezasseis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas onze horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, Vereadores eleitos pela CDU, João Manuel Rato Proença e Joaquim José Serra Silva, sob a Presidência do Sr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----
Esta reunião foi secretariada pela funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

-----ORDEM DO DIA-----

A Ordem do dia foi a seguinte:-----
Ponto Único – Análise de Processos Correntes.-----

O Sr. Presidente deu início à reunião apresentando desculpas por não ter respeitado o prazo de alteração da hora da mesma com a devida antecedência. Informou ter tido uma reunião urgente sobre a “Estrada 1041”-----

Na sequência da informação acima referida o *Sr. Presidente* **apresentou a 1ª questão**, que se prende com a Obra da “Estrada 1041”. Disse que na reunião em que esteve presente, verificou que existem dois técnicos que receberam dinheiro da Câmara Municipal durante o mês de Dezembro, situação esta que o preocupou tendo em conta que a obra ainda não começou, e nem sequer existem estaleiros montados. Disse também que foi informado pela Eng^a da PAVIA, da existência de uma situação de litígio entre o anterior executivo e o Tribunal, situação, que não entendeu, por

isso pediu aos Vereadores eleitos pela CDU que esclarecessem melhor esta questão.-----

Usaram então da palavra os Vereadores eleitos pela CDU e informaram que quanto à questão dos técnicos, a Câmara Municipal contratou a Eng^a. Rosa e o Sr. Cuco para fazerem o acompanhamento técnico e a fiscalização da obra. A Câmara Municipal procurou técnicos com experiência nesta área, tendo efectuado contrato com eles, uma vez que não existem Engenheiros a desempenhar funções na autarquia. A função desses técnicos é a elaboração de todo o processo desde a adjudicação até à conclusão da obra. A consignação da obra já foi feita estando a decorrer os prazos para a sua execução, não tendo havido nenhuma ressalva por parte da empresa na altura da consignação. Nestas condições, poderá dizer-se que a empresa está em falta por não ter iniciado os trabalhos. Também poderá dizer-se que a empresa estará em falta, quando chegar o último dia do prazo para conclusão da obra sem que a mesma esteja feita, porque é esta a responsabilidade de empresa. A responsabilidade do dono da obra (Câmara) é a de tratar com a equipa técnica a questão dos alargamentos da Estrada.-----

O Vereador explicou melhor a questão dos alargamentos: referiu que os alargamentos constam do projecto, em que foram propostas algumas rectificações de traçado (sujeitas a expropriações), no entanto, na sua opinião, nem todas as rectificações se justificam. Referiu que a orientação do anterior executivo foi no sentido de se proceder ao alargamento da estrada ocupando as bermas, reduzindo ao máximo as expropriações. Desta forma, tentar-se-ia que a estrada ficasse com um perfil mínimo de 6 metros, e se com esse perfil se conseguisse absorver parte das bermas, em vez de se recorrer à expropriação, a obra ficaria funcional e muito mais em conta.-----

Outra responsabilidade da empresa foi a montagem do estaleiro no início do ano e que até agora ainda não aconteceu. Para essa montagem, a Câmara Municipal disponibilizava o terreno, junto ao Loteamento da Nave – Nora e, que é propriedade da Câmara.-----

Quanto à questão do litígio, os Vereadores eleitos pela CDU referiram tratar-se de outra questão diferente da que acabou de ser esclarecida. Esclareceram que a questão do litígio tem a ver com uma situação de incumprimento de prazos, por parte da PAVIA nas obras que foram efectuadas na mesma Estrada 1041 (1^a Fase). Informaram também que houve incumprimento na execução das obras de Pavimentação na Orada e em Rio de Moinhos.-----

O Vereador Joaquim Serra frisou que quanto a esta questão, a intenção da Câmara era no sentido de tratá-la com a PAVIA, de modo que fosse um processo exemplar por parte da Câmara, ou seja, a Câmara tem que mostrar que a Pavia é que foi incumpridora, e não a Câmara.-----

O Sr. Presidente colocou a **2ª questão**: “Rede de Águas – Processo de Telegestão” – Perguntou se existe algum projecto que contemple o faseamento da estruturação da rede de águas. Foi respondido pelo *Vereador Joaquim Serra* que existe um projecto que engloba a zona da Rua de S. Francisco, ou seja, a rede seria remodelada só onde houvesse necessidade de intervenção. Onde não exista essa necessidade a rede não seria remodelada. Isto também porque a rede continua a ter capacidade de resposta à excepção dos pontos mais altos da vila. *O Vereador Joaquim Serra* informou que é para ser feito um estudo, através da AMDE, sobre o abastecimento em alta aos concelhos do Distrito de Évora. Só depois irão ser criados novos reservatórios, porque o problema da rede de águas da vila de Borba não se pode resolver procedendo apenas à mudança de tubagens. São esses reservatórios que vão permitir injectar maior pressão na rede. Contudo, está a ser vista a hipótese desta questão ser tratada através de um sistema intermunicipal, que englobe o Distrito de Évora, e que posteriormente poderia ser candidatado ao QCA.-----

Ainda sobre esta questão *o Vereador Joaquim Serra* informou que, o estudo aponta para o abastecimento de águas subterrâneas. Contudo, as Câmaras de Borba e Estremoz manifestaram interesse, junto da AMDE, que fosse equacionada a hipótese de abastecimento de águas de superfície. No entanto, segundo os técnicos que elaboraram o estudo, esta hipótese não se justificava, tendo em conta os custos que daí advinham e também pela necessidade do tratamento dessa água de superfície, que também em termos de custos é muito mais elevado. Mesmo assim, ficou uma porta aberta para que a empresa, que venha a ser criada, possa desenvolver estudos nesse sentido.-----

O Sr. Presidente perguntou se, através deste processo de Telegestão, já se chegou a alguma conclusão no que respeita às perdas. *O Vereador Joaquim Serra* respondeu que já se conseguiram controlar algumas perdas. Existem menos fugas na rede e são detectadas mais rapidamente. *O Vereador acrescentou* que está a decorrer uma candidatura (2ª fase deste processo de Telegestão) que seria importante fazer-se uma vez que vai permitir incidências na rede.-----

O Sr. Presidente, usou da palavra e, colocou a **3ª questão**: “Zona Industrial da Cruz de Cristo – Obras entregues à EDP”. Perguntou se as obras de Infraestruturas eléctricas já foram entregues à EDP, tendo sido respondido pelos *Vereadores eleitos pela CDU* que todas as obras que estão feitas na Zona Industrial foram entregues à EDP. Sobre este processo, *os Vereadores eleitos pela CDU* informaram que foi assinado um Protocolo com a EDP que prevê a participação de 75% , (Infraestruturas Eléctricas em Zonas Industriais) por parte da EDP, ou seja, para a EDP as poder explorar, a Câmara tem que receber esta participação. Daí existir uma diferença

entre os preços que a Câmara apresenta à EDP e os preços que a EDP aprova, que são sempre inferiores. É necessário fazer esse acerto de contas com a EDP para que devolva à Câmara os 75% do valor das infraestruturas. *Os referidos Vereadores* informaram ainda que esta questão só abrange as Zonas Industriais. Disseram também que estes processos de electricidade são entregues em Évora (Engº. Valadas), só depois passam para Estremoz (Engº. Araújo).-----

Foi então colocada a **4ª questão** – “Trabalhos a mais, aprovados na última reunião de Câmara de 2001”. *O Sr. Presidente* referiu que existem trabalhos a mais aprovados, cujos valores ultrapassam o estipulado por lei. *O Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra*, esclareceu que os trabalhos a mais, normalmente, não estão limitados, isto é, têm um 1º patamar (sem fundamentação técnica – necessidade no decorrer da obra), e um 2º patamar (é necessária fundamentação técnica a partir de 25%).-----

O Sr. Presidente passou à **5ª questão** – Factura que deveria ter sido paga até 31 de Dezembro/2001 à empresa Silva Duarte & Batista. Informou que, logo que iniciou funções, foi das primeiras decisões que teve que tomar. Foi uma situação complicada, que se tornou mais complicada ainda, tendo em conta que também estavam em falta os pagamentos do IRS do mês de Novembro/2001 e da Caixa Geral de Aposentações, no entanto, a questão está a ser tratada.-----

Sobre esta questão *os Vereadores eleitos pela CDU* esclareceram que, a factura deveria ter sido paga até final do ano transacto. Não havendo condições para o fazer, porque a CCRA estava com pagamentos em falta, foi pedido á empresa que guardasse o recibo, porque a Câmara tinha dinheiro para receber da CCRA (III QCA), e só depois de receber poderia pagar a factura. Informou-se a CCRA nesse sentido, no entanto, esta só tinha urgência com os pagamentos do II QCA. Os Vereadores informaram ainda que, a Câmara apresentou uma proposta à CCRA no sentido desta proceder aos pagamentos do III QCA, para a Câmara, por sua vez, proceder a pagamentos respeitantes ao II QCA, e nada conseguiu.-----

Os Vereadores entendem que questões deste tipo deveriam ser colocadas, por escrito, à CCRA, porque a Câmara Municipal de Borba tem sido bastante penalizada no que respeita candidaturas, sem que tenha havido algum incumprimento por parte da Câmara. Referiram (a título de exemplo) que, no último semestre do ano transacto, a Câmara Municipal de Borba, concluiu uma série de candidaturas. Procurou-se responder a prazos, com processos concluídos em datas concretas, no entanto ficaram por receber verbas da CCRA, verbas essas, com que a Câmara contava para dar resposta a muito pagamentos.-----

Foi colocada a **6ª Questão – Feira do Queijo** – O Sr. Presidente informou que a ideia que tinha sobre esta iniciativa era de que a mesma estava candidatada, no entanto depreendeu, da conversa que teve com o Vereador João Proença, que a Feira do Queijo não tinha sido participada, havendo a hipótese de se recorrer. Agora, segundo informação da CCRA, esta candidatura, foi eliminada da listagem de candidaturas, por não reunir as condições necessárias e imprescindíveis para se integrar numa Acção Integrada de Base Territorial.-----

Sobre esta questão os *Vereadores eleitos pela CDU* esclareceram que foi dada informação, desta decisão, ainda no ano transacto, no entanto, a Câmara recorreu dessa decisão por não ser fundamentada, porque, de acordo com o CPA, todas as decisões têm que ter fundamentadas. Por isso, sugeriram que a Câmara deverá continuar a recorrer nesse sentido.-----

O Sr. Presidente colocou a **7ª Questão – Qual o ponto da situação do Projecto para o Cartório Notarial** – *O Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra*, explicou que o projecto de estrutura foi reformulado pela empresa “Curva de Nível”, que fez um projecto de estrutura novo, adaptado à arquitectura que existia. O *Sr. Presidente* interveio, dizendo que o que depreendera da conversa que tinha tido com a Eng^a da EDICON, é que as alterações não tinham sido significativas. -----

À parte do assunto acima exposto, o Sr. Presidente pediu um pequeno esclarecimento relativamente ao contrato de assistência do ar condicionado do Edifício das Finanças, ao que lhe foi dito que a montagem foi efectuada pela empresa J. A. Ramos, não havendo qualquer contrato de assistência, sendo a relação entre as Finanças e a Câmara de inquilino/senhorio.-----

8ª questão – Projecto do ex-ciclo (Palacete do Melos) – O *Sr. Presidente* começou por dizer que, e segundo a conversa da Eng^a., não foi concluída a cobertura de chapa, devido a um pagamento em atraso de 2.298 contos + IVA, pedindo um esclarecimento sobre este assunto. Os *Vereadores eleitos pela CDU*, disseram que teria que se analisar o plano de pagamentos da obra. Esclareceram ainda que não foi pedido nenhum projecto à “Curva de Nível”, o que foi pedido foi que a empresa EDICON apresentasse um orçamento de recuperação dos caixotões, e tendo em conta o modo como estes serão recuperados, assim dependerá o projecto de estrutura, acrescentando que o projecto que existia estava condicionado a um miradouro que agora se propõe demolir porque é uma peça desagregada. Existe um certo número de factores que condicionam o projecto de estrutura da cobertura e enquanto a Câmara não tomar essas decisões, não se pode avançar com a proposta de estrutura de cobertura.-----

Relativamente a esta questão, o *Sr. Presidente* disse haver ainda uma outra factura da EDICON, de Outubro de 2001, relativa a trabalhos a mais no

valor de 986 contos + IVA, ao que lhe foi explicado que provavelmente esse valor teria a ver com demolições.-----

Foi colocada a **9ª questão** – (Construção de habitação a custos conrolados - 22 Fogos – Loteamento do Chalé) – Tentativa de conciliação extrajudicial nos termos do Decreto-Lei nº.59/99, de 02 de Março, com a BETOFER – O *Sr. Presidente* informou que a reunião de conciliação, a decorrer no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, que havia sido agendada para o passado dia 9 de Janeiro, foi adiada para 31/01/02, Disse que não se importaria de ir, no entanto não conhece o processo. O *Vereador eleito pela CDU João Proença*, propôs então que o Sr. Presidente marcasse uma reunião prévia com a empresa, a fim de ser devidamente esclarecido.-----

O Sr. Presidente acrescentou que, outro problema que se irá levantar, tem a ver com a empresa de Elvas (que fez o trabalho), à BETOFER, que pressupõe meter a Câmara em Tribunal. Os Vereadores eleitos pela CDU, explicaram que o dinheiro é o mesmo, no entanto a Betofer só irá pagar à empresa, quando por sua vez a Câmara lhe pagar. Deram o exemplo da empresa DILOLO, que chegou a ir até ao Supremo Tribunal. Isto para explicar a morosidade da questão, pois certamente, não será na primeira reunião que tudo se irá resolver.-----

O Sr. Presidente colocou a **10ª questão** – Zona Industrial do Alto dos Bachelos – A informação que tem é que com aquele projecto de loteamento existente (lotes muito pequenos), havia poucas hipóteses do projecto ser apoiado, no entanto, e para que isso não acontecesse, o plano de pormenor teria que ser alterado. O *Sr. Presidente* questionou se já haveria concordância do anterior executivo, no sentido de abrir concurso para se fazer um plano de pormenor, ao que lhe foi respondido que havia a necessidade de avançar rapidamente para os planos de pormenor, embora este plano de pormenor (Alto dos Bachelos) já exista, havendo até loteamentos feitos com base nele. Acrescentaram que não se pode ter em conta o que a CCRA quer, mas sim o que faz falta ao Concelho.-----

O Sr. Presidente colocou a **11ª questão**, pedindo esclarecimento sobre – Arranque indevido de um Olival – Os *Vereadores eleitos pela CDU*, esclareceram que o assunto em causa não estava directamente relacionado com um Olival, mas sim com o local onde está localizada a estação de transferência. Explicaram então, que o erro surgiu na marcação da respectiva área pelo topógrafo, ou seja, a área da estação de transferência ao ser marcada pelo topógrafo, incluiu um bocado de um olival não pertencente à Câmara, o que implicou que ao ser feita a limpeza da estação, arrancaram tudo o que estava dentro do perímetro demarcado,

inclusivé a parte pertencente ao Olival que não era da Câmara. O *Vereador Joaquim Serra*, explicou ainda, que na tentativa de se resolver o assunto, fez-se uma primeira proposta ao dono do Olival: a sua venda, proposta que ele imediatamente negou. Face a isto, e dado que a Câmara possui outros Olivais em redor, foi feita uma segunda proposta, baseando-se na permuta. Informou ainda que o assunto ainda não está totalmente resolvido, e que as medidas exactas dessas áreas estão na posse do topógrafo.-----

12ª questão – Tapada do Anjinho – O *Sr. Presidente* começou por perguntar se o projecto tinha candidatura, e se estava dentro ou fora do perímetro urbano. O *Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra*, respondeu que o projecto tinha uma parte fora e uma parte dentro do perímetro urbano, que não era um projecto fácil de candidatar pela dimensão do valor da obra, estando orçamentada em cerca de seis mil contos, não reunindo quaisquer condições de elegibilidade.-----

O *Sr. Presidente* colocou a **13ª questão** – Parreira – Perguntou se a candidatura deve continuar, ao que *Os Vereadores eleitos pela CDU*, explicaram que já foi apresentada uma primeira candidatura que poderá ser retomada. O *Sr. Presidente* perguntou se estava prevista alguma fossa, ao que lhe foi dito que estava prevista uma ETAR igual à da Ribeira. *Os Vereadores eleitos pela CDU* explicaram ainda que, não sendo a Parreira considerada aglomerado, uma vez que não está delimitada na carta de ordenamento, a Câmara terá que continuar a defender que o é, pois se não for agora, na primeira alteração feita ao PDM, na primeira revisão que se fizer, poderá criar-se um perímetro urbano e constar como um aglomerado apresentando-se depois como uma candidatura.-----

14ª questão - Centro de Saúde – O *Sr. Presidente* referiu que, segundo informação que obteve, corre-se o risco de não se arranjar terreno e do Centro de Saúde não ser construído, o que faz com que os utentes de Borba, se tenham que deslocar para Vila Viçosa. *Os Vereadores eleitos pela CDU* acrescentaram que a expropriação como processo urgente, poderá levar muitos anos a resolver o problema da indemnização aos proprietários, mas esse é um problema secundário, o principal é poder avançar com a obra, e esse é imediato. O *Sr. Presidente* acrescentou ainda que, em sua opinião e para bem de todos, deveria tentar encontrar-se uma solução que impedisse que o Centro de Saúde fosse para Vila Viçosa. *Os Vereadores eleitos pela CDU* frisaram o facto da Câmara ter criado todas as condições para que Borba pudesse vir a ter um Centro de Saúde com as melhores acessibilidades possíveis, a localização seria a ideal, embora localizações alternativas se pudessem procurar, no entanto, não se deveria

permitir que a postura dos particulares, impeça que o planeamento se faça de acordo com as melhores propostas.-----

15ª questão – PDM / Borba - *O Sr. Presidente* perguntou se havia alguma proposta para o PDM, ao qual foi respondido que no entendimento da CDU, o PDM necessita de ajustamentos. O processo de revisão do PDM de Borba, deve ser encetado no dia em que for publicado o PROZOM, muitas das coisas que têm que ser alteradas no PDM de Borba, têm a ver com propostas que aparecem agora no PROZOM. *O Sr. Presidente* perguntou ainda, se não pode haver uma tentativa de solução sobretudo dos problemas mais complicados, antes da aprovação do PROZOM, ao que os *Vereadores eleitos pela CDU* responderam que não, porque quaisquer propostas que se façam agora, fora das alterações aos planos, não têm fundamento legal. Terminaram dizendo que se deve ter em conta que mesmo revendo o PDM, é muito difícil satisfazer integralmente todas as necessidades que existem.--

o Sr. Presidente colocou a **16ª questão** – ETAR de Borba – O Vereador eleito pela CDU *Joaquim Serra*, explicou que a ETAR precisa de testes, de ensaios e de análises aos efluentes, sendo a situação mais grave a dos Lagares. *O Sr. Presidente*, referiu-se ao facto da Engenheira Ihe ter falado na hipótese de se fazer umas caixas de visita, ao que o *Vereador Joaquim Serra* explicou, que o ideal seria que houvesse uma caixa de visita à saída das instalações fabris a que a Câmara tivesse acesso aos efluentes na origem, uma vez que há um regulamento de águas residuais que tem que ser cumprido pelas indústrias, a Câmara só o pode fazer cumprir, se tiver acesso a ele, e isso só seria possível através da caixa de visita, onde o efluente pudesse ser recolhido sempre que a Autarquia o entendesse.-----

17ª questão- Empresa das ADC's – *O Sr. Presidente* referiu-se ao facto do Vereador João Proença, ter argumentado que a razão de não ter assinado o documento de concordância em integrar a constituição da empresa, tinha que ver com o estudo económico. *O Vereador João Proença*, confirmou que a razão de não ter assinado, se devia ao facto de não existir nenhum estudo de viabilidade económica, estudo esse, que seria fundamental conhecer antes da criação da empresa. *O Sr. Presidente* acrescentou ainda, que era do seu interesse marcar uma reunião com os outros Presidentes de Câmara, para saber qual era a sua posição antes de trazer o assunto à reunião de Câmara.-----

18ª questão – Obra do Mercado Municipal – *O Sr. Presidente* referiu que, segundo informação da CCRA, o Mercado Municipal é uma obra inferior a 50 mil contos e que dificilmente será apoiada. Os *Vereadores eleitos pela CDU*, disseram que tinham conhecimento disso, e que tinham colocado a

técnica a reformular a candidatura de modo a criar algumas zonas envolventes, nomeadamente a melhoria das águas pluviais, esgotos, e de alguma zona de estacionamento por detrás da Misericórdia, ou seja, todo o corredor que vai desde a APD até aos quintais, poder ser incluído neste processo. Existem problemas de esgotos que precisavam de ser resolvidos, e deviam entrar nesta candidatura, tal como a melhoria das águas pluviais daqueles quintais, o melhoramento do equipamento urbano, uma série de coisas que poderiam elevar o valor da candidatura. O *Sr. Presidente* perguntou ainda, se o espaço de cima estava previsto ser aproveitado, ou ao invés disso, ficar como está, ao que lhe foi respondido que o que estava previsto era ficar como uma zona ampla, um terraço. -----
Ainda relativamente à questão do Mercado, o *Vereador eleito pelo PS, Artur Pombeiro*, salientou o facto do trânsito ser complicado no acesso ao abastecimento do Mercado, ao que o *Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra*, respondeu que continuam a ter todas as zonas de abastecimento que tinham. O *Vereador Artur Pombeiro*, referiu ainda a questão de uma passagem que dá acesso a um quintal, ao que os *Vereadores eleitos pela CDU*, disseram que foi tratada.-----

19ª questão – Horta da Câmara– O *Vereador eleito pelo PS Artur Pombeiro*, quis ser esclarecido relativamente à situação da Horta, se está habitada e por quem. O *Vereador Joaquim Serra*, respondeu que quem lá mora é uma açoreana, que como não tinha casa, a Câmara instalou-a lá, e fez uma reparação aos telhados que estavam em muito mau estado. Referiu-se também ao contrato de comodato com outra pessoa, ou seja, quem reparasse pela Horta, ficava com a habitação.-----

20ª questão - Viveiro Municipal – O *Vereador eleito pelo PS, Artur Pombeiro*, quis saber qual era a localização que tinham destinada para o Viveiro Municipal. *Os Vereadores eleitos pela CDU*, responderam que havia duas hipóteses: uma que era na zona da Horta e outra na Fonte Figueira.-----

21ª questão – Urbanização Horta do Rossio – A questão colocada esteve relacionada com a saída de água para as construções daquela Urbanização, ao que os *Vereadores eleitos pela CDU*, responderam que essa é uma questão de fiscalização sendo obrigatório o uso de um contador de obras.---

22ª questão – Olivais da Zona Industrial – O *Vereador eleito pelo PS, Artur Pombeiro*, fez referência aos olivais sites na Zona Industrial da Cruz de Cristo (até onde vai a estrada) querendo saber se existia alguma intenção por parte da Câmara em comprá-los. O *Vereador eleito pela CDU, João Proença*, disse que já foram feitas tentativas de negociação com os

proprietários nesse sentido e que estava quase tudo resolvido nesse processo, excepto as negociações com o Sr. David Guégués. -----

23ª questão – Sede para a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu – O *Vereador eleito pela CDU, João Proença*, disse que na tentativa de se solucionar o problema da Junta de Freguesia, foi feita uma avaliação do prédio por 12 mil contos, no entanto em conversa com a proprietária, esta apontava para valores entre os dezoito e os vinte mil contos. -----
Antes do encerramento da sessão, o *Vereador Artur Pombeiro*, quis ainda ser esclarecido sobre a troca do cilindro maior, ao que o *Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra*, disse não se ter feito nenhuma avaliação a esse respeito, acrescentando que a sua proposta se baseava no facto da Câmara mandar recuperar aquele cilindro e adquirir outro. Relativamente à questão do compressor, o Vereador Serra adiantou ainda que esse compressor tinha sido emprestado e quando voltou, estava estragado, mas que o processo foi entregue ao responsável do parque de máquinas para relatório.-----

-----ENCERRAMENTO-----

-----Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, composta por dez páginas que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----